



PODER

Ofensiva contra ministros do STF preocupa Fachin

Presidente da Corte antecipa o fim das férias para medir a temperatura da crise de imagem deflagrada pelas decisões de Dias Toffoli, relator do processo do Banco Master. Pedidos de suspeição de magistrados do tribunal causam tensão

» VINICIUS DORIA

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, esteve, ontem, em São Luís, para conversar com o colega Flávio Dino, sobre o processo que envolve o escândalo do Banco Master, sob relatoria do ministro Dias Toffoli. Antes de Dino, segundo apuração do **Correio**, Fachin já havia conversado com os outros oito ministros que compõem a Corte. A ida à capital maranhense foi um gesto de cordialidade e de deferência, pois Dino está na cidade para acompanhar o filho, que iria se submeter a um procedimento cirúrgico.

Com a repercussão do caso Master e das medidas adotadas por Toffoli, Fachin decidiu encurtar as férias, que terminariam apenas em 1º de fevereiro, para sentir a temperatura da Corte em relação, principalmente, aos pedidos de suspeição contra o relator do caso. O presidente do STF quer saber a opinião dos colegas sobre os argumentos que estão sendo apresentados para tirar Toffoli da condução do processo do Banco Master — em especial, o de conflito de interesses.

Não está prevista nenhuma ação institucional do Supremo antes do fim do recesso do Judiciário, daqui a duas semanas. Até lá, Fachin ainda deve conversar informalmente com o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo; com o presidente do Tribunal de Contas da União, Vital do Rêgo; e com lideranças políticas.

Na semana passada, o senador Eduardo Girão (Novo-CE) acionou a Procuradoria-Geral da República (PGR) e protocolou um pedido de suspeição do relator e o afastamento dele do processo. Girão alega que há indícios de conflito de interesses ao citar uma suposta relação de proximidade de Toffoli com ex-dirigentes do banco, e negócios envolvendo parentes do magistrado e fundos de investimento ligados à instituição liquidada pelo Banco Central.

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, recebeu, até agora, quatro representações de parlamentares para que a PGR peça a suspeição de Toffoli como relator do inquérito do Master. Nos últimos 26 anos, porém, o STF não aprovou nenhum pedido de afastamento de um magistrado da Corte.

Antonio Augusto/STF



Fachin busca uma saída institucional para o impasse que colocou o Supremo em colisão com a PF no caso Master, relatado por Toffoli



Pretendo tratar do tema com diálogo e consenso, sem açodamentos. A democracia exige tempo, interlocução e consideração de argumentos distintos. Só em ditaduras se empurram regras goela abaixo"

Edson Fachin, presidente do STF

Primeira instância

Toffoli avocou para o STF todas as investigações sobre o Banco Master — incluindo processos que tramitavam na primeira instância sem envolvimento de autoridades com foro privilegiado — e impôs elevado sigilo, impedindo a visualização de atos processuais nos sistemas de consulta pública.

Imagem e conduta

Outra preocupação de Fachin é com a imagem da Corte, abalada por decisões do ministro relator que causaram surpresa no mundo jurídico, como a decretação de **sigilo absoluto** do processo envolvendo o Master e a disputa com a Polícia Federal

para saber quem comandaria a perícia do material apreendido pela Operação Compliance Zero.

Além disso, a informação de que Toffoli viajou a Lima (Peru) em um jatinho particular no qual estava o advogado Augusto de Aruda Botelho, que atua na defesa de um dos diretores do Master,

alimentou ainda mais as críticas sobre a atuação do ministro. Toffoli foi à capital peruana assistir à decisão da Copa Libertadores da América de futebol.

No Senado, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) montou um colegiado para acompanhar as investigações. O presidente da CAE, senador Renan Calheiros (MDB-AL), em entrevista à Globonews, disse que o Legislativo não vai “colocar limites” à atuação de Toffoli, mas que considera “muito estranha a maneira como ele transferiu o sigilo apurado nas investigações para o presidente do Senado (Davi Alcolumbre)”. Calheiros informou ainda que pretende se reunir com Edson Fachin. O Congresso também acena com comissões parlamentares de inquérito (**leia reportagem na página 4**).

Diante da pressão pública por respostas em relação ao Master — sobre o qual pairam suspeitas de que há uma poderosa rede de proteção às atividades do banqueiro Daniel Vercaro, dono da instituição liquidada pelo Banco Central

—, o presidente do STF ainda precisa decidir se encaminha ou não ao plenário da Corte a proposta para criação de um código de conduta para o Poder Judiciário.

A ideia de estabelecer regras de comportamento para os magistrados também fez parte da pauta das conversas que o presidente da Corte teve com colegas do STF, desde que retornou a Brasília, no começo da semana. Inicialmente, Fachin pretendia abrir o ano legislativo, em 2 de fevereiro, com a apresentação da proposta, mas, com a pressão sobre Toffoli e Alexandre de Moraes (cuja esposa trabalha para um escritório de advocacia que tem contrato com o Master), ele tem sido aconselhado a adiar esse debate por falta de clima político.

Ao jornal *Valor Econômico*, Edson Fachin disse que não pretende impor o código “goela abaixo” dos colegas. “Pretendo tratar do tema com diálogo e consenso, sem açodamentos. A democracia exige tempo, interlocução e consideração de argumentos distintos. Só em ditaduras se empurram regras goela abaixo”, disse ele, na entrevista.

Saiba mais

» O debate do código de conduta do Judiciário ganhou tração após a Fundação Fernando Henrique Cardoso encaminhar, em outubro do ano passado, um documento com recomendações para fortalecer a autoridade do tribunal, entre elas a adoção de regras de conduta e o reforço da colegialidade. O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), assumiu a presidência da Corte em setembro de 2025.

» O decano do STF, Gilmar Mendes, já afirmou que não se opõe à eventual criação de um código de conduta para os ministros, mas ressaltou que qualquer iniciativa precisa nascer dentro do próprio tribunal. Segundo ele, o tema foi tratado apenas uma vez, em conversa direta com Fachin.

» Defensor da adoção de parâmetros mais claros, Fachin avalia regras para disciplinar a presença de ministros em eventos patrocinados por empresas com processos no Supremo e a relação institucional com advogados que atuam na Corte.

» Uma das referências em estudo é o modelo do Tribunal Constitucional Federal da Alemanha, que estabelece balizas tanto para participação em palestras e eventos quanto para a conduta na vida privada.

MPTCU pede investigação sobre créditos de carbono

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU) pediu, ontem, que a corte de contas apure eventuais irregularidades relacionadas a um suposto esquema de créditos de carbono envolvendo a família de Daniel Vercaro, do Banco Master.

“É imprescindível que o TCU investigue as operações financeiras realizadas com base nos créditos de carbono fictícios, bem como a utilização de terras públicas para fins privados, em flagrante desrespeito à legislação vigente”, diz a representação do subprocurador-geral do MPTCU Lucas Rocha Furtado.

Segundo reportagem do jornal *Folha de S.Paulo*, documentos indicam que a o pai e a irmã de Daniel Vercaro, Henrique Moura Vercaro e Natália Bueno

Vorcaro Zettel, financiaram um megaprojeto de créditos de carbono sobre terras públicas na Amazônia, avaliado em R\$ 45,5 bilhões, sem lastro real.

As unidades de carbono teriam sido alocadas em fundos da Reag, que inflaram o valor das empresas Golden Green e Global Carbon. Investigações apontam o uso desses mesmos fundos para desviar recursos do Master e sustentar a venda de CDBs do banco.

Responsabilização

Na representação, Furtado pede que o TCU verifique a conformidade das operações com os dispositivos da Lei 15.042, que criou as bases do mercado de carbono regulado no país. Se forem comprovadas as irregularidades, ele requisita

Divulgação



Apuração seria sobre suposto esquema envolvendo a família de Vercaro

providências cabíveis para “responsabilização administrativa, civil e penal dos envolvidos”.

O procurador ainda pede que a representação seja enviada ao ministro da Justiça, Wellington Lima e Silva, e ao presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) para adoção de providências.

Na quinta-feira da semana passada, o Banco Central decretou a liquidação extrajudicial da Reag DTVM. A Polícia Federal investiga se fundos da gestora foram usados em fraudes junto ao Banco Master, liquidado em 18 de novembro do ano passado. Na quarta-feira, o fundador da Reag, João Carlos Mansur, foi alvo da PF na segunda fase da Operação Compliance, que apura irregularidades no Master.

» Cerca de 3,9 mil pedidos por hora

O Fundo Garantidor de Crédito (FGC) informou que estão sendo processados cerca de 3,9 mil pedidos por hora de credores do Banco Master. Dos 800 mil que têm direito, cerca de 600 mil entraram com as solicitações e, aproximadamente, 448 mil finalizaram o processo. Os pagamentos tiveram início na segunda-feira. “Por conta dos requerimentos de segurança e processos de prevenção a fraudes, a validação de identidade de alguns credores e a liberação de pagamentos podem passar por camadas extras de verificação, o que pode fazer com que o processo leve mais tempo para ser concluído”, explicou o FGC.